

1. Este texto é um dos produtos do projeto de pesquisa intitulado "Diários de obra: o objeto, as metodologias e as práticas da Arquitetura e Urbanismo revistos pela experiência do Escritório de Integração - perspectivas de ampliação do seu campo de atuação e de sua contribuição para a democratização do acesso aos direitos à cidade e à habitação"; Desenvolvida entre agosto de 2006 e agosto de 2007 e com a estreita colaboração da equipe do Escritório de Integração, a pesquisa foi orientada pela professora Alicia Duarte Penna, sendo sua bolsista pelo Fundo de Incentivo à Pesquisa da PUC Minas a então aluna do curso de Arquitetura e Urbanismo, Ana Carolina Sacco Araújo. Tendo sido premiada em 2007 como melhor pesquisa na área de Ciências Sociais Aplicadas da PUC Minas, foi publicada, em versão resumida, em PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Iniciação científica: destaques 2007, v. 1 / Wolney Lobato, Cláudia de Vilhena Schayer Sabino, João Francisco de Abreu (org.): Ed. PUC Minas, 2008, p. 65-114.

2. Arquiteta, escritora e tradutora, mestre e doutora em Geografia Urbana, professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas.

3. Arquiteta formada pela PUC Minas.

INCLUSÃO, SUSTENTABILIDADE E TECNOLOGIA: TRÊS TEMAS À LUZ DA EXPERIÊNCIA DO ESCRITÓRIO DE INTEGRAÇÃO, ENTRE 2002 E 2007¹

*INCLUSION, SUSTAINABILITY AND TECHNOLOGY: THREE THEMES IN THE LIGHT OF
THE EXPERIENCE OF THE ESCRITÓRIO DE INTEGRAÇÃO, BETWEEN 2002 AND 2007*

Alícia Duarte Penna²

Ana Carolina Sacco Araújo³

Resumo

Este trabalho desenvolve os temas da inclusão, sustentabilidade e tecnologia à luz da experiência do Escritório de Integração (EI) – núcleo de extensão, ensino e pesquisa do curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas –, com base em uma abordagem crítica construída como uma coleção de manifestações de diversos autores sobre esses temas.

Palavras-chave: inclusão, sustentabilidade, tecnologia, ensino, Escritório de Integração

Abstract

This paper develops the themes of inclusion, sustainability and technology in the light of the experience of the Escritório de Integração (EI) of PUC Minas, based on a critical approach built as a collection of manifestations by different authors about these themes.

Keywords: inclusion, sustainability, technology, education, Escritório de Integração

Em 2004, o curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas concluiu o seu Projeto Político-Pedagógico. Nele é clara a intenção de orientar todas as atividades daquele curso a três temas prioritários: inclusão, sustentabilidade e tecnologia, em resposta às três crises ali identificadas no campo da Arquitetura e Urbanismo: a crise do ensino, a crise do campo de atuação profissional e a crise da arquitetura e da cidade.

Trata-se aqui de desenvolver esses três temas à luz da experiência do Escritório de Integração (EI), núcleo de extensão, ensino e pesquisa do mesmo curso, com base em uma abordagem crítica construída como uma coleção de manifestações de diversos autores sobre esses temas, com o objetivo muito mais de suscitar a sua discussão do que de esgotá-la. Veremos então como os temas inclusão e sustentabilidade emergem e simultaneamente se popularizam e se veem estrategicamente reduzidos em seu significado a partir da década de 1980, enquanto o tema tecnologia, tratado pelo autor que tomamos aqui como referencial, o arquiteto Sérgio Ferro, na década de 1960, encontra ainda a mesma resistência manifesta às proposições do EI por diversos agentes associados à sua contratação e execução. No item seguinte, faremos uma reflexão sobre a experiência do EI e, finalmente, trataremos de iluminar a discussão daqueles temas a partir dessa experiência.

Inclusão e sustentabilidade

Os termos inclusão e sustentabilidade popularizaram-se no Brasil e hoje são correntes nos discursos tanto dos agentes públicos e privados quanto da mídia, de organizações não governamentais e do chamado público leigo. Se tal popularização, por um lado, assinala uma crescente e generalizada preocupação com as questões sociais e ambientais, por outro representa, em alguma medida, uma redução dessas questões.

O que explicaria, ao mesmo tempo, a emergência desses conceitos e a redução das questões a que se referem seria um conjunto de mudanças em escala mundial, o qual englobaria, menos contraditória do que imbricadamente, tanto a reestruturação econômica que resultará na hegemonia da acumulação flexível, entre cujos desdobramentos se podem incluir tanto a decretação da eternidade do capitalismo e, com esta, o declínio das macroteorias, quanto o surgimento do “movimento ecológico”, de “novas formas de ativismo social” e de uma “crescente necessidade de novos modos de se construir e entender a realidade, até então calcados no racionalismo moderno, no raciocínio científico e na celebração da técnica” (CORRÊA; ROSENTHAL, 2003, p. 12).

A virada cultural e a inclusão

Com a “virada cultural” (CORRÊA; ROSENTHAL, 2003, p. 12) verificada na década de 80 do século XX, o termo inclusão passaria a se referir tanto à desigualdade (de classes, de renda) quanto à diferença (étnica, cultural, de gênero, de opção sexual, física).

A reivindicação da diferença e a recusa à fatalidade de uma sujeição dissolvida em um sujeito único demonstrariam a sua força na emergência de movimentos sociais diversos, expressivos de uma ideia ampliada de inclusão. Langon (2003, p. 80) chama a atenção para o fato de que habitualmente se define a pobreza no singular e, "ao fazê-lo, recorta-se unilateralmente a pobreza da diversidade real de necessidades, desejos e carências humanas"; perdendo-se, assim, "o pobre concreto, o ser humano pertencente a um determinado grupo, que vive com aspirações, desejos e símbolos próprios de sua cultura". Ora, os movimentos sociais que emergiram na última década não reivindicam o direito à igualdade abstrata perante uma ordem jurídica que esvazia seu significado quando ancorada em burocracias e hierarquias de poder. Nessa ideia ampliada de inclusão, "incluir" um grupo ou um indivíduo significaria conceder-lhe simultaneamente o acesso à igualdade e à diferença ou à identidade. Para Jelin (1996, p. 24), se se entende "a desigualdade social (de classe, mas também de grupo étnico, categoria de gênero etc.) como diferença de oportunidades e de possibilidades de escolha dentro de uma cultura, o que em uma sociedade estratificada está distribuído de maneira muito desigual é, além dos recursos materiais, a *liberdade* (de recusar as determinações, e de escolher entre identidades possíveis)".

Contudo se pergunta: frente a um contexto em que as macroestruturas ofereceriam pouco espaço de intervenção (e é também este um pressuposto subjacente à *decretação da eternidade do capitalismo*), o contraprojeto residiria nas microestruturas, que indicariam uma possibilidade de as transformações verificarem-se como experiências sociais diversas, independentes da solução da contradição essencial do modo de produção capitalista e de seu antagonismo insuperável entre capital e trabalho? Poder-se-ia colocar, ao lado daqueles movimentos sociais diversos, a renovação de formas de luta com mais tradição? Harvey (1992) caracterizará a acumulação flexível também como o regime em que há, de um lado, um maior controle sobre uma força de trabalho enfraquecida pelo desemprego agora estrutural, mediante a rápida destruição e reconstrução de habilidades, o enfraquecimento do poder sindical e a fragilização dos contratos de trabalho, e, de outro, um crescimento da economia informal que conduz, por sua vez, ao solapamento da organização da classe trabalhadora, de tal forma que a consciência de classe já não deriva da clara relação entre capital e trabalho, passando a um terreno confuso. Para esse autor (HARVEY, 1992, p. 51), ainda, "as lutas localizadas encorajadas pela 'micropolítica das relações de poder' (de Foucault e Lyotard) não desafiaram o capitalismo, embora se possa alegar, com razão, que somente batalhas contestatórias de todas as formas de discurso de poder poderiam ter esse resultado".

Esclarece ainda Harvey (1992, p. 57):

O pós-modernismo quer que aceitemos as reificações e partições, celebrando a atividade de mascaramento e de simulação, todos os fetichismos de localidade, de lugar ou de grupo social, enquanto nega o tipo de

metateoria capaz de apreender os processos político-econômicos (fluxos de capital, divisões internacionais do trabalho, mercados financeiros etc.), que estão se tornando cada vez mais universalizantes em sua profundidade, intensidade, alcance e poder sobre a vida cotidiana. Pior do que isso, enquanto abre uma perspectiva radical mediante o reconhecimento da autenticidade de outras vozes, o pensamento pós-moderno veda imediatamente a essas outras vozes o acesso a fontes mais universais de poder, circunscrevendo-as num gueto de alteridade opaca, da especificidade de um ou outro jogo de linguagem. Por conseguinte, ele priva de poder essas vozes (de mulheres, de minorias étnico-raciais, de povos colonizados, de desempregados, de jovens etc.).

Da mesma forma que se fala em uma só pobreza, fala-se em uma só riqueza (ou em um só desenvolvimento). O horizonte de uma única pobreza é uma única riqueza – aquela que “apresenta como bem a igualdade de oportunidades de aceder a bens, de ter a capacidade de optar por eles, para gozá-los, para consumi-los” (LANGON, 2003, p. 80), não deixando espaço à diversidade de projetos. Ora, para Marx (*apud* HARVEY, 1992, p. 132), o capitalismo produz, ao mesmo tempo, a sofisticação das necessidades e a bestial barbarização da necessidade, fundindo o político (o poder sobre os outros) ao econômico (o poder sobre as coisas). Referindo-se ao caso brasileiro, Pimenta (2003, p. 74) denomina “equilíbrio neurótico” a coexistência entre o estímulo a um consumo compulsivo e o empobrecimento contínuo da população. Para a autora, “quanto mais ampliada a diferenciação e a exclusão social, maior a necessidade da aquisição de signos” (PIMENTA, 2003, p. 74). Quanto mais extensa a pobreza, mais intensa a concentração da riqueza e a sofisticação das necessidades, e tanto mais ampliada a dificuldade ou a impossibilidade de acesso aos signos da sofisticação, ou a exclusão.

Zaluar (1998, p. 225), ao analisar a violência associada ao tráfico de drogas no Brasil, mostra como a passagem de um consumo “familiar para um ‘consumo de estilo’, muito mais caro,” é também responsável pelo aumento da violência urbana. A “inclusão”, aqui, dar-se-ia pela exibição dos signos de uma igualdade e de uma liberdade abstratas, pela única possível indiferenciação ou identificação (mas não igualdade), mediante os signos exibidos (sobretudo peças de vestuário e veículos), do “excluído” com o “incluído”, no caso, do traficante, morador da favela (cujo direito à vida é restringido por seu ingresso no tráfico, que, em troca, lhe permite uma rápida ascensão e a consequente “aquisição de signos”), com o morador da Zona Sul. Esse é um exemplo da “bestial barbarização da necessidade” de que fala Marx.

Paiva (2001, p. 73) mostrará, recorrendo a inventários, como, no Brasil colonial, os negros forros transformavam-se, tão logo quanto possível, em proprietários de escravos, “símbolo externo de sua ascensão econômica”, tanto quanto suas joias e vestimentas luxuosas. Tal ascensão (econômica), entretanto, não os livrava da “discriminação cultivada abertamente

ou de maneira camuflada pela sociedade colonial”: libertos do cativo, esses negros seriam ainda estigmatizados pela cor de sua pele, “que denunciava o passado de submissão, a origem presa a grilhões e a indiscutível inferioridade intelectual e cultural”.

Já se referindo a outro tempo e espaço, Milton Santos (1996, p. 323) salienta que a presença dos pobres na cidade “aumenta e enriquece a diversidade socioespacial, que tanto se manifesta pela produção da materialidade em bairros e sítios tão contrastantes quanto pelas formas de trabalho e vida”. Enquanto “as classes médias amolecidas deixam absorver-se pela cultura de massa e dela retiram argumento para racionalizar sua existência empobrecida” (SANTOS, 1996, p. 327), esses “homens lentos”, os “diferentes”, estão isentos dessa absorção. Para o geógrafo (SANTOS, 1996, p. 327), ao contrário da cultura de massa, que “responde afirmativamente à vontade de uniformização e indiferenciação”, a cultura popular “ultrapassa a barreira das *práxis* repetitivas e se instala numa *práxis* libertadora, a *práxis* inventiva de que fala H. Lefèbvre”. Obviamente, contudo, o autor não está aí fazendo uma apologia da pobreza; daí também a necessidade de não perder de vista a desigualdade quando se vislumbra a diferença. Não é sem razão que Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant (*apud* MATTELART; NEVEU, 2004, p. 191) denunciam o discurso-tela do multiculturalismo, “que substitui a análise dos mecanismos da dominação pela ‘celebração da cultura dos dominados’”. Mattelart e Neveu (2004, p. 16), por sua vez, questionam “uma visão da sociedade reduzida a um caleidoscópio de fluxos culturais que leve a esquecer que nossas sociedades também são regidas por relações econômicas, políticas, uma armadura social que não se reduz nem às séries de televisão de grande sucesso, nem ao impacto dos *reality shows*”.

Em síntese: se, com a chamada “virada cultural”, o conceito de inclusão sofre uma ampliação, é preciso lembrar que a consideração da diferença não pode se dar separadamente à consideração da desigualdade. A separação entre as ideias de identidade e de igualdade, que contraditoriamente se estabelece quando a primeira emerge, e o faz em sobreposição à segunda, tal como acusam Bourdieu e Wacquant, bem como Mattelart e Neveu, representaria um desvio da compreensão do caráter da relação entre o cultural e o político-econômico, ou entre superestrutura e base ou infraestrutura. Ora, para o próprio Marx (*apud* COSGROVE, 2003, p. 105), “o modo de produção não deve ser considerado simplesmente como sendo a reprodução da existência física dos indivíduos. É, em vez disso, uma forma definida de atividade desses indivíduos, uma forma de expressar sua vida, um ‘modo de vida’ definido da parte deles”. Diz ainda Marx (*apud* BOTTOMORE, 1988, p. 27, grifos nossos), em **Teorias da mais-valia**:

Para examinar a ligação entre a produção espiritual e a produção material, é acima de tudo necessário compreender a última não como uma categoria geral, mas em sua forma histórica definida. Assim, por exemplo, diferentes tipos de produção espiritual correspondem ao modo capitalista de produção e ao modo de produ-

ção da Idade Média. Se a própria produção material não for concebida em sua forma histórica específica, é impossível compreender o que é específico à produção espiritual que a ela corresponde e a influência recíproca de uma sobre a outra.

Trata-se, portanto, de reunir o cultural ao político-econômico e não de tomar o primeiro como um mero reflexo passivo do segundo, tal como ocorre no materialismo “especificamente burguês e capitalista” (COSGROVE, 2003, p. 120), e quanto menos de tomar o primeiro como dotado de total eficácia própria, tal como ocorre no *discurso-tela do multiculturalismo*. Este, embora tenha feito emergir a discussão da diferença, tem servido ao mascaramento de questões sociais estruturais, que tão prementes apresentam-se sobretudo nos países periféricos. E é nesse sentido também que se deve examinar aquele conjunto de mudanças em escala mundial ocorrido na década de 1980, como colocado inicialmente: a redução da desigualdade à diferença circunscreve também os excluídos pela desigualdade, os *periféricos*, ao *gueto de alteridade opaca* de que fala Harvey (1992). Como coloca esse autor, a reprodução da ordem simbólica e social mediante a exploração da diferença e da alteridade é demasiado evidente no Pós-modernismo.

Essa mesma questão será discutida por Souza (2006), que tomará as obras de Charles Taylor e de Pierre Bourdieu em busca de uma alternativa teórica para a compreensão da relação entre dignidade e autenticidade (ou entre igualdade e identidade), bem como da naturalização da desigualdade nas sociedades periféricas, sobretudo a brasileira. Para esse autor (SOUZA, 2006, p. 76), a desigualdade de classes também está baseada em princípios que envolvem o reconhecimento, isto é, em princípios “que adquirem eficácia a partir de regras opacas e aparentemente impessoais, que de forma política e subliminar, condenam classes inteiras ao não reconhecimento social e à baixa autoestima e, a partir disso, à legitimação de um acesso diferencial a bens e serviços escassos”. Aqui, então, a diferença surge como um recurso para a legitimação, e a perpetuação, da desigualdade.

A virada ecológica e a sustentabilidade

Tanto quanto a questão da diferença emerge em sobreposição à da desigualdade, a questão ambiental emerge nesse mesmo momento (na década de 1980), em sobreposição à urbana. Análises posteriores mostrarão como o chamado “desenvolvimento sustentável” surge também como uma estratégia dos países centrais de manter a dependência dos países periféricos mediante o controle ambiental, isto é, também como uma estratégia de resolução da crise do capitalismo. Vamos nos ater aqui, contudo, a discutir como tal estratégia manifesta-se num princípio de separação das questões ambiental e urbana, tanto quanto no princípio de superação da discussão da desigualdade pela discussão da diferença, tal como visto no subitem anterior.

Smolka (1993, p. 35) é um dos autores a construir uma crítica à separação entre as questões ambiental e urbana. Em sua ideia de que a cidade é, “mais do que o palco privilegiado para a tragédia ambiental” [...], “parte dessa tragédia”, explicita-se, ao contrário, a inseparabilidade dessas questões. Essa mesma crítica é evidenciada por Monte-Mór (1994): para esse autor, a separação entre o ambiental e o urbano resultaria na concepção da cidade como um espaço (ambientalmente) “morto”.

Ante o princípio de inseparabilidade do ambiental-urbano, compartilhado por ambos, contudo, Smolka (1993) e Monte-Mór (1994) colocam-se distintamente: enquanto, para o primeiro, “os problemas ambientais adquirem conotações bem complexas no contexto intraurbano” (talvez contrariando, com essa colocação, o próprio princípio de que partilha), para o segundo, o processo de urbanização extensiva diluiu as dicotomias campo-cidade, espaço natural-espaço construído, rural-urbano, e não há mais sentido algum numa abordagem que as reifiquem.

Para Costa (2000), o conceito “desenvolvimento sustentável” revela uma tentativa de diálogo entre, de um lado, a análise ambiental e, de outro, a análise urbana, sobretudo aquela desenvolvida nos âmbitos da economia política e das ciências sociais. Porém, a despeito de transformações recentes nesses campos, no primeiro “a dimensão espacial/urbana permanece subestimada, às vezes inexistente, ou ainda numa perspectiva mais radical, até mesmo negada como não ambiental, não natural” (ou *morta*, para usar a expressão de Monte-Mór), e, no segundo, a dimensão espacial/urbana ainda se restringe a questões mais obviamente “ambientais”, tais como aquelas relativas ao lixo, à água e à poluição. Não obstante se verifique que, no âmbito teórico, ainda é preciso intensificar o diálogo entre os campos ambiental e urbano, garantindo-se a compreensão da relação (complexa, mas cuja complexidade não incide mais intensamente sobre a cidade, no nosso ponto de vista) entre o ambiental e o urbano, no âmbito da prática, isto é, em algumas iniciativas (de planejamento ambiental-urbano), tal como a apresentada pela autora, tal diálogo parece já ser frutífero.

Harvey (*apud* COSTA, 2000) utilizará o conceito “justiça ambiental” na tentativa de associar politicamente sociedade e meio ambiente. Tal associação, porém, representaria mais do que simplesmente incorporar uma dimensão ecológica à compreensão da vida social. Para esse autor (HARVEY *apud* COSTA, 2000, p. 12), é preciso igualmente reconhecer que os “fluxos de moeda e mercadorias e as ações transformadoras dos seres humanos” são “processos fundamentalmente ecológicos”. Entre tantos outros, fundamentalmente ecológicos, seriam, tal como sugere Smolka (1993), aqueles processos associados à violência urbana.

Caberia, aqui, uma referência à Swingedow (2003), que elabora uma crítica à concepção marxista de natureza. Para o autor, ainda que Marx tenha insistido nas fundações naturais do desenvolvimento social, os processos naturais são por ele tomados como externos à vida social. O **Dicionário**

do pensamento marxista (BOTTOMORE, 1988) esclarece que, nos "Grundrisse", a natureza é considerada não como uma força em si mesma, mas como algo que, para a humanidade, é uma questão de utilidade. "A finalidade de procurar conhecer as leis autônomas da natureza é sujeitá-la às necessidades humanas, como um objeto de consumo ou meio de produção", escreve ali o próprio Marx (*apud* BOTTO-MORE, 1988, p. 125).

A esse respeito, vale ainda retomar a concepção de Mandel (*apud* MONTE-MÓR, 1994, p. 56) segundo a qual o capitalismo tardio, "longe de representar uma 'sociedade pós-industrial', aparece então como o período no qual todos os ramos da economia são totalmente industrializados pela primeira vez." Tal afirmação, por sua vez, remete-nos à posição de Escobar (1995, p. 34), aquela do chamado marxismo ecológico, "que enfatiza a importância e funcionalidade da natureza para o processo de acumulação capitalista no mundo atual", e da qual derivaria a ideia de que o afã de conservação da natureza trate-se, sim, do afã de conservação de uma natureza capitalizada. No capitalismo tardio, teríamos então a total industrialização dessa natureza capitalizada (um processo que envolveria, além da terra - capitalizada desde o século XVIII, na Europa, e no Brasil, desde meados do século XIX, com a chamada Lei de Terras -, agora também a água, o ar, a flora, a fauna), bem como, e igualmente, os saberes e fazeres tradicionais, o chamado patrimônio intangível, a tornar-se tangível, ou totalmente industrializado pela primeira vez, pelas patentes, certificados de origem, etc.

O sociólogo Robert Kurz (2002, p. 11-12), em artigo intitulado "Modernidade autodevoradora", depois de construir uma breve história do capitalismo ocidental, afirma que, ao final dessa história, somente se chegará à conclusão de que esta humanidade e esta natureza não são suficientemente lucrativas. O mesmo horizonte **Blade Runner** descortinado por Monte-Mór (1994), e cujo prenúncio poderia ser a urbanização do deserto californiano anunciada por Davis (2001).

Remetendo-nos às discussões iniciais, podemos ver também aí (na consideração da inseparabilidade entre as questões ambiental e urbana) uma crítica tanto à abordagem neomalthusiana (que também se manifesta nas concepções de que não há cidade ou espaço construído suficiente para tamanha população, ou de que a cidade precisa crescer, ou de que tal área - hoje, os centros tradicionais - encontra-se inexoravelmente deteriorada ou decadente, etc.) quanto àquela que podemos denominar tecnicista. Ambas, igualmente redutoras da questão ambiental: a primeira, à mera desproporção entre população e recursos naturais (ou construídos); a segunda, à mera incipiência do desenvolvimento tecnológico, ignoram, ou negligenciam, ou deliberadamente omitem, aspectos relacionados à organização social, os quais, entretanto, numa aproximação entre o ambiental e o urbano se tornam evidentes, tal como observado por Harvey (*apud* COSTA, 2000). Monte-Mór (1994) vai mencionar ainda o "capitalismo ecológico" como uma outra abordagem; esta, ao contrário das anteriores, de-

vedora da ideia de inseparabilidade das questões ambientais e urbanas, mas que daí extrairá uma interpretação naturalista (e não social) da ecologia urbana, em que a relação sociedade-natureza é ecologizada (e não socializada), de tal forma que a pobreza passa a ser confundida com deterioração ambiental, e a crise social e econômica igualada à crise ambiental. Esta a abordagem da qual derivam, há muito (no Brasil, sobretudo a partir da década de 1930), as noções de “caos urbano”, “cidade desordenada”, isto é, os pressupostos da inevitabilidade natural dos problemas urbanos e da natural impossibilidade de o planejamento urbano constituir-se em algo mais do que um mero discurso. Uma abordagem que parece se traduzir ainda nas ações de transferência, para as populações periféricas, tanto dos custos ambientais quanto dos custos urbanos, em menos palavras, na injustiça ambiental-urbana.

Se, para Monte-Mór (1994, p. 45), é preciso, na busca “por outras ecologias metropolitanas”, responder à urbanização extensiva com uma naturalização extensiva, para Smolka (1993, p. 56), há duas alternativas elementares: uma, neoliberal, que atuaria sobre os efeitos, e outra, “fundamentalista”, que pretenderia uma mudança radical no modo de vida (na qual se incluiria a naturalização extensiva?), ambas de difícil implantação. Questionando a imaginação tecnocrática, referindo-se provavelmente aos estudos de impacto ambiental urbano, licenciamento ambiental urbano, etc., Smolka (1993, p. 56) denuncia a “fragilidade do conhecimento de que se dispõe sobre o processo de estruturação interna das cidades e do nexos de articulações (ou determinações) estabelecidas entre as múltiplas e variadas manifestações da vida urbana”, que “torna quimérica ou leviana qualquer tentativa de calcular e arbitrar a distribuição de penalidades entre atores supostamente envolvidos direta ou indiretamente, em projetos ‘ecologicamente sustentáveis’”. Do mesmo modo, tal dificuldade se coloca em relação ao “sistema-mundo”, para usar uma expressão de Milton Santos, quer seja no meio ambiente construído, quer no transformado, quer no natural, para usar as categorias empregadas por Monte-Mór. A ideia da mitigação, manifesta no seu próprio “jogo”, como colocado por Carneiro (2005), é uma ideia neoliberal, isto é, uma ideia em que não se inclui a possibilidade de, na lógica do projeto ou do plano “ecologicamente sustentável”, introjetar-se outra lógica que não a da natureza como objeto de consumo, a lógica da “naturalização extensiva”. Ora, se é necessária a mitigação, é porque há impacto. De resto, a mensuração da sustentabilidade é um mistério tanto quanto o é a mensuração do desenvolvimento.

Sob esse mesmo viés, a afirmação de Smolka (1993), de que a constituição de consensos políticos necessários para estabelecer prioridades no enfrentamento dos problemas ambientais intraurbanos é difícil, perde força, já que esses mesmos consensos são difíceis em todo o espaço, ou meio, da urbanização extensiva. Para Monte-Mór (1994, p. 67), contudo, se, de um lado, a urbanização extensiva coincide com uma progressiva perda de uma cidadania que já é restrita, por outro, “abre possibilidades de novos arranjos territoriais - ambientais e sociais - que resgatem outras mediações e

articulações possíveis que a experiência da modernidade cristalizada na hegemonia do industrialismo fordista tem destruído". Na base dessas outras cidadanias (garimpeiros, seringueiros, povos indígenas, associações profissionais de moradores metropolitanos), outras economias (por exemplo, a economia popular urbana - uma outra modernidade, em que o industrialismo não seja hegemônico?).

Lembre-mos aqui do debate colocado sobre a agricultura familiar urbana. Suborganizações, subeconomias seriam alternativas para um "capitalismo expandido", como pensa Monte-Mór (1994), ou, antes, seriam insuficientes como contraponto à "modernidade autodevoradora"? Costa (2000) menciona a crítica pós-estruturalista à ideia de desenvolvimento econômico sustentável, visto como a imposição de um determinado padrão de Modernidade: o capitalista ocidental. Não teríamos aqui então uma pista para desvendar o mistério da mensuração tanto da sustentabilidade quanto do desenvolvimento? Indicadores de desenvolvimento, por exemplo, podem introjetar aquele processo de barbarização das necessidades de que fala Marx.

A descrença no planejamento refletiria uma descrença no Estado moderno (igualmente em escombros como a sua sede?), uma descrença na possibilidade de uma organização social e política sob a qual se reúnam garimpeiros, seringueiros, povos indígenas, associações profissionais de moradores metropolitanos, etc.? Costa (2000), ao discutir a experiência de planejamento na Baía de São Francisco, chama a atenção para o fato de que "a análise urbana crítica deixou de interessar-se pelas implicações do design e das formas de organização espacial das áreas urbanas sobre a qualidade de vida e o uso dos recursos (naturais ou não), para concentrar-se prioritariamente nos processos". Ora, concentrar-se nos processos, e não também na sua espacialidade, é também uma maneira de apartar o social do espacial, de insistir na concepção do espaço como um mero produto ou um mero reflexo passivo dos processos sociais, e de criar um outro nó cego, este em relação ao planejamento urbano: se os processos indicam uma realidade social inexorável, resta apenas deixar ao sabor do inexorável mercado imobiliário a organização espacial urbana?

Na concepção de uma "Bay Area" sustentável, construída por "inúmeras organizações, com os mais variados objetivos e estratégias", entretanto, "não é a existência da urbanização de forma genérica que é vista como responsável pelos problemas detectados, mas sim de um determinado padrão de urbanização de caráter extensivo, fruto da atuação do capital imobiliário e de uma determinada concepção de planejamento" (COSTA, 2000, p. 35). Tal o padrão encontrado por Davis (2001) em Los Angeles, e que aparece em sua versão periférica na Região Metropolitana de Belo Horizonte, sobretudo nas chamadas "novas periferias", de baixa densidade, especializadas funcionalmente, ocupadas por população de renda média alta e alta, acessadas pelo transporte privado, tal como, pelo menos nesses aspectos, os subúrbios *white-collar* norte-americanos). Trata-se, portanto, de uma oposição à "postura antiurbana, pura e simples", e, mais do que

isso, de um avanço em relação ao enfoque dos problemas ambientais urbanos, antes centrados meramente nas questões do saneamento, e aqui examinados sob a dimensão da organização intra-urbana, ou do “padrão de consumo da terra”. Além do mais, trata-se de um resgate da “necessidade do planejamento, não como uma fórmula a ser institucionalizada, mas associado a um projeto para o futuro, catalisador das práticas cotidianas”, de “buscar um certo pragmatismo para a utopia”, de dar uma dimensão físico-territorial à busca pela justiça socioambiental (COSTA, 2000, p. 23).

Tecnologia

A obra escrita de Sérgio Ferro, arquiteto nascido em Curitiba, em 1938, um “suicida do metier”, segundo suas próprias palavras, traz os princípios de uma nova prática de arquitetura, fundada, em primeira instância, no trabalho livre, isto é, na ideia de reverter aquela separação que está na origem do capitalismo: a separação não apenas entre o trabalhador e os meios de produção, mas também entre o trabalhador e a técnica, ou entre o trabalho manual e o trabalho mental. Uma separação que se institui no processo produtivo da arquitetura ocidental ainda nos séculos XV e XVI, e no Brasil, após o século XIX, entre o canteiro de obras e o desenho, entre a obra e o projeto, entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato, e que resultaria, nesse momento marcado pela autonomia do sistema financeiro diante da produção real, naquilo que o próprio autor expressa contundentemente na frase: “para a arquitetura ‘star’ de hoje, o construtivo que se dane” (FERRO, 2006, p. 68).

Em segunda instância, essa nova prática da arquitetura responderia a um programa estético, a “poética da economia”, “uma nova linguagem, a do absolutamente indispensável, estabelecida inteiramente com base na nossa realidade, para responder às necessidades do povo brasileiro” (FERRO, 2006, p. 10).

Em um de seus ensaios mais agudos, como observa Arantes (*apud* FERRO, 2006, p. 11):

Sérgio constata o evidente “mal-estar” numa arquitetura que, naquele momento adverso, teimava ainda em conferir aparência de ordem racional a um objeto - a residência burguesa - de reconhecida insignificância, bem como a flagrante irracionalidade da encomenda individual, quando confrontada com as soluções de massa que se faziam, de fato, necessárias.

Um outro “mal-estar” da arquitetura, identificado por Sérgio Ferro em Brasília, referir-se-ia à disparidade entre uma Modernidade aparente, expressiva do desejo de equiparar o periférico Brasil aos países centrais, e a sua base econômica real. Nos canteiros de obras da nova capital, essa disparidade seria dramaticamente evidenciada pelos incontáveis acidentes, muitos dos quais fatais, envolvendo os operários. Como coloca o próprio Ferro (2006, p. 78), “Enquanto o processo produtivo da arquitetura não for objeto de reflexão e transformação em um

sentido emancipador, a crença imperturbável na positividade do progresso [...] irá reiterar a cada canteiro novos episódios de retrocesso e violência social". Observa-se aí uma crítica clara à ideia de um único padrão de progresso ou desenvolvimento, que se impõe hegemonicamente, mas se realiza de forma incompleta ou excludente.

No que se refere ao primeiro "mal-estar", a arquitetura de "encomenda individual" responderia a uma exploração do gosto e da preferência estética diferenciados, reenfatizando, segundo Harvey (1992, p. 80-81) "um forte aspecto da acumulação capitalista – a produção e o consumo daquilo que Bourdieu chama de capital simbólico – o acúmulo de bens de consumo suntuosos que atestam o gosto e a distinção de quem possui", e ocultando deliberadamente as distinções econômicas.

E no que se refere ao segundo, a técnica representaria, tanto quanto o gosto, um elemento de dominação, pois, como coloca Marx (*apud* HARVEY, 1992, p. 102), "o capitalismo é tecnologicamente dinâmico não por causa do empreendedorismo, mas por causa da competitividade e das condições endêmicas da luta de classes". A inovação tecnológica continuada significa sempre a desvalorização, quando não a destruição, de habilidades. A "modernidade construtiva" pode apenas aprofundar aquela separação entre o saber e o fazer, ou entre o capital e o trabalho. Nas palavras de Sérgio Ferro (2006, p. 97), "A melhor técnica, em determinados casos, nem sempre é a mais adequada", sobretudo se se consideram as condições endêmicas da subcidadania e do subtrabalho no Brasil.

Na nova prática proposta pelo arquiteto, em oposição ao "mal-estar" da arquitetura, é necessário instituir um trabalho coletivo, um "estado" em que se dê o "retorno ao trabalho concreto útil, simultaneamente manual e intelectual". De um lado, o arquiteto deve substituir seu ego, "manifesto no virtuosismo de seu desenho, pelo sujeito coletivo que adquire 'consciência de si' como produtor do espaço". De outro, os trabalhadores devem saber o que fazem e por quê. O "melhor trabalho" resulta de uma aliança entre técnicos e trabalhadores, na qual o projeto "prefigure a união das equipes, enquanto estas, por sua vez, devem se concentrar na sua própria racionalidade, buscando otimizações específicas"; pois, "de modo geral, trata-se do melhor trabalho utilizando a melhor técnica e o melhor material disponível segundo a melhor forma do estado do saber e do saber fazer" (FERRO, 2006, p. 69). A adequação da técnica e do material referir-se-ia, então, à adequação do trabalho, e o melhor trabalho seria aquele em que os estados do saber e do fazer fossem equalizados, de tal forma que o saber fazer caberia tanto ao arquiteto quanto ao operário, integrantes de uma equipe. Técnica e material ótimos são, portanto, aqueles que permitem essa equalização entre o trabalho intelectual e o manual, mediante a coletivização de um "trabalho concreto útil". Tal se traduziria, por exemplo, na racionalização das técnicas e materiais populares e tradicionais, opção do arquiteto e de seus companheiros Flávio Império e Rodrigo Lefèvre após

uma experiência (fracassada) de uso de componentes industrializados, ainda na década de 1960.

Para Ferro, a beleza somente pode resultar dessa aliança entre técnicos e trabalhadores. Dirá ele (FERRO, 2006, p. 28): “Apenas como trabalho coletivo autonomamente organizado, como livre razão coletiva, a arquitetura produzirá seu ‘verdadeiro conceito’ e sua beleza própria”. A estética, como a arte, não é mais do que a expressão do trabalho livre, e a arquitetura seria a suprema expressão artística de uma comunidade livre de produtores, uma comunidade em que técnicos e trabalhadores seriam igualmente produtores. Enunciará em **O canteiro e o desenho** (FERRO, 2006, p. 89):

A superação da contradição produção/dominação na arquitetura permitiria aos canteiros de obra tornarem-se grandes campos de experiência em trabalho livre, autogestão e produção – nessas circunstâncias é que então a arquitetura poderia voltar a ser definida como arte, na definição de William Morris: art is joy in labour.

Não se trata apenas, portanto, de uma nova linguagem ou de uma nova “beleza”, mas de uma concepção em que a beleza incorpora a forma do trabalho que a produz, não se dissociando também aí o desenho do canteiro; o projeto, da obra; a arte, da construção.

Em resposta a Pedro Fiori Arantes, que lhe pergunta qual seria o lugar dessa nova prática de arquitetura na sociedade contemporânea, Sérgio Ferro dirá que o seu principal campo de experimentação estaria não na produção convencional, mas em territórios liberados socialmente, tais como os assentamentos de reforma agrária ou as áreas de habitação popular nos grandes centros urbanos. Isto não só pelo fato de a produção convencional interessar-se preponderantemente pelo aumento de produtividade do trabalho (e não pela “alegria no trabalho”), mas também pelo fato de que naqueles territórios dela liberados, os envolvidos na produção social do espaço enfrentam uma situação de atraso que, paradoxalmente, é favorável à invenção. Aí, a forma de produção relativamente elementar da arquitetura, em que se guarda o sentido experimental da autonomia produtiva melhor do que em outros setores da economia, somar-se-ia à liberação daqueles territórios do interesse do capital, constituindo-se então um campo propício à experimentação. “Se sua condição de não inclusão ou ligação frágil com os circuitos da acumulação é, evidentemente, parte do fim da linha a que chegou a sociedade contemporânea, ela é também a chance para a invenção de novas formas de organização social e do espaço” (FERRO, 2006, p. 67).

Tal ideia, sintetizada por Arantes (2006, p. 15), como a do “atraso como força para o surgimento do novo”, viria de encontro à de Milton Santos (SANTOS, 1996, p. 327), para quem, conforme já colocado no subitem anterior, os “homens lentos” seriam aqueles capazes de “ultrapassar a barreira das práxis repetitivas e se instalar numa práxis libertadora, a práxis inventiva de que fala H. Lefèbvre”, bem como à de Monte-Mór

(1994). Para este último, também conforme já colocado no subitem anterior, se, de um lado, a urbanização extensiva coincide com uma progressiva perda de uma cidadania que já é restrita, por outro, “abre possibilidades de novos arranjos territoriais – ambientais e sociais – que resgatem outras mediações e articulações possíveis que a experiência da modernidade cristalizada na hegemonia do industrialismo fordista tem destruído” (MONTE-MÓR, 1994, p. 48).

Nesses novos arranjos contra-hegemônicos, o territorial aparece tanto como uma fusão do ambiental ao social quanto como uma materialização dos dois âmbitos. Talvez também (ou principalmente) por essa razão, a concepção de Sérgio Ferro encontre ainda hoje tanta (ou mais ainda, considerando-se as características do capitalismo da acumulação flexível) resistência quanto no momento de sua gestação, ainda na década de 1960. Aberta e indissociavelmente, esse autor relaciona a técnica ao processo produtivo: no âmbito do espaço (urbano ou arquitetônico), trata-se claramente de outra forma de produzir, de uma “práxis libertadora”. O discurso de Sérgio Ferro, diferente daquele associado aos temas inclusão e sustentabilidade, dificilmente pode ser reduzido a qualquer outra perspectiva que não seja a de uma crítica propositiva, a de uma contraordem ativa àquilo que Monte-Mór (1994, p. 63) denominou “modernidade cristalizada na hegemonia do industrialismo fordista”. É bem no canteiro de obras, no interior do processo produtivo, que se instaura sua crítica, sua proposta de ação, e sua ação mesma; daí também a sua impopularidade ou a resistência à sua aceitação. Enquanto o “suicida do metier” é encarcerado pelo regime militar no Presídio Tiradentes, em dezembro de 1970, montando ali um ateliê com outros dez presidiários, a FAUUSP o demite por abandono de cargo. O “metier” preferirá a práxis libertadora, negando-se mais uma vez como “trabalho concreto útil”.

A experiência do Escritório de Integração e os três temas

O Escritório de Integração (EI) é um núcleo simultaneamente de extensão, pesquisa e ensino do Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Foi criado em 1993, sendo seus objetivos expressos em carta do Prof. Luiz Inácio Sampaio (seu coordenador de 1993 a 2002) ao então coordenador do CTA do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Prof. Wagner Brandão de Oliveira.

Em sua fase inicial, o EI mostrava ainda uma concepção de extensão muito próxima ao assistencialismo. Desde 2002, contudo, tendo assumido sua coordenação a Prof.^a Margarete Maria de Araújo Silva, e sobretudo após 2004, com o acúmulo de experiência nesses dois anos, os objetivos do EI sofreram um redirecionamento teórico-metodológico, podendo hoje ser assim expressos:

- contribuir para a formação dos corpos docente e discente do Curso de Arquitetura e Urbanismo, bem como para a

formação continuada de seus egressos e alunos dos cursos de especialização, mediante a disponibilidade de oportunidades de experimentação, sistematização e avaliação de novas formas de prática profissional;

- contribuir para a ampliação do campo de atuação profissional da Arquitetura e do Urbanismo, hoje restrito à chamada cidade formal, mediante a ampliação do seu objeto e do seu público, e a experimentação de novas formas de prática profissional;
- promover o desenvolvimento teórico, metodológico e técnico do campo da Arquitetura e do Urbanismo, dentro dos princípios da inclusão e da sustentabilidade;
- contribuir para a ampliação do acesso ao conhecimento e à prática da Arquitetura e do Urbanismo característica da produção do espaço na cidade brasileira, marcada por processos e técnicas excludentes;
- contribuir para o combate aos processos de aniquilação dos recursos naturais e construídos que marcam a produção do espaço na cidade brasileira;
- contribuir para a ampliação dos direitos à habitação e à cidade.

Sob essa nova perspectiva, o EI ampliou, diversificou e consolidou suas linhas de atuação, assim definidas:

- demandas diversas e dispersas;
- habitação;
- recuperação da capacidade instalada urbana;
- recuperação de áreas urbanas degradadas;
- formação de mão de obra para a construção civil.

A primeira linha (“demandas diversas e dispersas”) corresponde à atuação principal do EI à época de sua fundação e nos seus primeiros anos de existência. Compreende a prestação de serviços de assessoria técnica à população de baixa-renda, na elaboração, aprovação e execução de projetos arquitetônicos e complementares (estruturais, hidráulicos, elétricos) de equipamentos coletivos (centros comunitários, creches, postos de saúde, igrejas, etc.) para comunidades organizadas da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Atualmente é parcialmente contemplada por edital da Pró-Reitoria de Extensão da PUC Minas, o que garante, pelo prazo de um ano, um corpo fixo de professores-orientadores das áreas envolvidas e de estagiários do Curso de Arquitetura e Urbanismo, ocupados na atividade de elaboração dos projetos. Abrange, nesse edital, uma produção anual de cerca de 12 projetos executivos de equipamentos coletivos, beneficiando, assim, diretamente, 12 comunidades de baixa renda. Trata-se de atividade fundamental à iniciação extensionista do aluno do Curso de Arquitetura e Urbanismo, pois, já que envolve poucos agentes, de maneira geral, os representantes da comunidade e a equipe do EI, sua gestão é relativamente menos complexa.

A segunda linha compreende a prestação de serviços de assessoria técnica à elaboração, aprovação e execução de projetos habitacionais para comunidades organizadas da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

As terceira e quarta linhas, diferentes das duas primeiras, cuja finalidade última é a construção de novos equipamen-

tos ou edifícios, compreendem proposições de recuperação, quer seja da capacidade instalada urbana, quer seja de áreas urbanas degradadas. Partem do princípio de reabilitação tanto de recursos naturais (cursos d'água) quanto construídos (infraestrutura, sistema viário, edificações). Atualmente, essas três linhas são contempladas mediante parcerias estabelecidas entre prefeituras (Belo Horizonte, Contagem, Nova Lima), organizações não governamentais (Pastoral de Rua, associações comunitárias) e a PUC Minas. Têm, portanto, uma gestão mais complexa, pelo envolvimento quer de um maior número de agentes, quer de um maior volume de recursos, quer de ambos. Representam, por isso, uma segunda etapa na formação do aluno estagiário do EI, e tendem a absorver arquitetos-juniores formados pela PUC Minas, dentro de um programa de formação continuada que pode incluir também o ingresso do arquiteto-júnior na pós-graduação, em cursos de especialização vinculados ao Curso de Arquitetura e Urbanismo, no Instituto de Educação Continuada da PUC Minas. Exemplos emblemáticos desse processo de formação continuada são Danilo Botelho e Rafael Mantuano Neto, estagiários do EI quando alunos do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, depois arquitetos-juniores do EI e alunos do Curso de Especialização em Planejamento Ambiental Urbano no Instituto de Educação Continuada da PUC Minas, hoje atuando simultaneamente como arquitetos-juniores do EI e professores substitutos no Curso de Arquitetura e Urbanismo. Igualmente o é Marina Tello, estagiária, voluntária e depois contratada, do EI quando aluna do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, hoje arquiteta-júnior.

Finalmente, a quinta linha compreende, como sua própria denominação indica, a formação de mão de obra para a construção civil. Inclui o Curso de Formação de Mão de Obra ou "Construção e Cidadania", atividade estruturada desde os primeiros anos de funcionamento do EI, atualmente em sua 13ª edição, e outras atividades de formação de mão de obra articuladas às demais linhas de atuação.

Até 2005, o Curso de Formação de Mão de Obra, então financiado pela Ação Social Arquidiocesana, atendia ao público por ela indicado. A partir de então, seu público se origina dos movimentos sociais por moradia e tende a abranger sobretudo aqueles grupos envolvidos como clientes nas atividades de extensão do EI. Em 2006, foi incluído no Programa Fica Vivo! - Espaços Urbanos Seguros, financiado pela Secretaria Estadual de Defesa Social, atendendo aos egressos do sistema prisional inseridos naquele programa.

A partir de 2003, veio abandonando paulatinamente seu caráter teórico, com a realização de aulas práticas em espaço adjacente ao prédio 47 do *campus* Coração Eucarístico, configurando aí o embrião do Canteiro de Obras do Curso de Arquitetura e Urbanismo, sediado naquele prédio. Já em 2006, apresentava um caráter eminentemente prático, sendo ministrado em dois módulos ("Alvenaria estrutural e acabamento" e "Instalações elétricas e hidráulicas e acabamento"), sendo que as estruturas edificadas em edições sucessivas do curso foram incorporadas ao Canteiro de

Obras como depósito de ferramentas e equipamento de segurança utilizados pelos alunos. Seu enfoque é a alvenaria estrutural, técnica cujos princípios construtivos (prumo, alinhamento, esquadro, nível) são básicos à execução de qualquer outra alvenaria, tais como as de bloco cerâmico, de tijolo maciço, de adobe, etc. Desde suas primeiras edições, inclui em seu programa noções de Direito do Trabalho, financiamento habitacional, e economia solidária, do que deriva a nomenclatura “Construção e cidadania.” Em uma de suas edições mais completas, incluiu ainda noções de cálculo de custos (mão de obra, material), de tal forma que o aluno, operário e (ou) mutirante aprendesse, além do “fazer” e do “porquê de fazer”, a mensurar o valor do seu trabalho. Coordenado diretamente pelo coordenador do EI, o Curso de Formação de Mão de Obra envolve o estagiário do EI como professor, contando ainda com um operário-monitor, atualmente uma mulher.

Independente de sua maior ou menor complexidade, tais linhas obedecem a princípios metodológicos únicos. Tais seriam:

- a investigação, junto às comunidades atendidas, da demanda apresentada ao EI, examinando-a e reestruturando-a diante das reais necessidades daquelas comunidades, bem como dos princípios extensionistas do EI e daqueles expressos nos temas inclusão, sustentabilidade e tecnologia;
- a incorporação, no processo de elaboração do projeto, de variáveis relacionadas à técnica e ao material de construção, bem como ao seu custo social, ambiental e financeiro, isto é, de variáveis concernentes ao processo produtivo do espaço arquitetônico ou urbano;
- a adoção, no processo de elaboração de projeto, do procedimento de desenvolvimento paralelo e integrado dos projetos arquitetônicos/urbanos e dos projetos complementares;
- a incorporação de mecanismos de participação ativa da comunidade atendida em todas as fases da atividade: estruturação da demanda, elaboração de projeto, gestão e execução;
- capacitação da comunidade atendida durante o próprio processo participativo, mediante o Curso de Formação de Mão de Obra ou outros expedientes, para sua integração às equipes de trabalho, quer como pesquisadores, quer como mão de obra de construção civil, quer como gestores políticos e (ou) executivos;
- capacitação dos corpos discente e docente mediante a construção e a experimentação coletivas dos procedimentos metodológicos descritos, com ênfase no desenvolvimento do aluno-estagiário de acordo com o exposto no “Perfil desejado do formando”, no Projeto Político-Pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo.

Tais objetivos, linhas de atuação e princípios metodológicos coadunam com a missão da PUC Minas, com os objetivos do recém-criado Núcleo de Meio Ambiente e Urbanismo da Pró-Reitoria de Extensão, com o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo, e com os princípios nor-

teadores da mudança curricular que ali se anuncia. Traduzem, ainda, uma concepção de extensão como atividade que tenha um impacto direto e continuado sobre a realidade urbana e sobre vida da população excluída dos direitos à habitação e à cidade, do que deriva a ênfase do EI em processos pautados na autogestão e na capacitação das comunidades em prol de sua autonomia. A extensão, aqui, então, distancia-se do assistencialismo e se aproxima do que Sérgio Ferro denomina “trabalho concreto útil”.

Nesse “trabalho concreto útil”, a relação entre a assessoria técnica do EI e as comunidades atendidas é estabelecida mediante um acordo em que a própria comunidade é responsável pelas decisões de projeto e responsável pela sua gestão, ou autogestão. Assim, os mutirantes de um conjunto habitacional (objeto de diversos projetos recentes do EI, tais como o Conjunto Habitacional Paineiras, o Residencial Serra Verde, em Belo Horizonte; e os conjuntos Mangueiras, Vila Itália e Sapucaia II, em Contagem) geram seus próprios recursos, podendo optar, como melhor lhes convier, entre o trabalho voluntário ou o remunerado, bem como entre a contratação ou a dispensa da assessoria técnica. Tal procedimento representa uma subversão da separação entre produtor e meio de produção e entre produtor e técnica de produção, característica do modo de produção capitalista. Resulta também numa maior aproximação entre o projeto desejado e o realizado, e, portanto, numa apropriação antecipada dos espaços produzidos pelos seus produtores-usuários nesse *trabalho coletivo autonomamente organizado, como livre razão coletiva*, para usar novamente as palavras de Sérgio Ferro (2006, p. 75). Resulta, ainda, pela consideração daqueles sujeitos, em sua valorização como cidadãos, num processo de recuperação de sua autoestima e, conseqüentemente, de desnaturalização ou de deslegitimação da desigualdade. A inclusão aqui, então, dá-se não somente pela aquisição da moradia própria e de um “saber fazer” que permite o ingresso no mercado de trabalho, mas também pela consciência da sua possibilidade. E, assim, a extensão se realiza como atividade que tem um impacto direto e continuado sobre a realidade urbana e sobre a vida de grupos excluídos dos direitos à habitação e à cidade.

Notáveis nesse aspecto são as experiências do Programa de Reintegração Social de Egressos do Sistema Prisional e do Residencial Serra Verde, onde não apenas a desigualdade, mas também a diferença (quer social, quer de gênero) é desnaturalizada ou deslegitimada. O primeiro se refere ao Curso de Formação de Mão de Obra, em sua edição financiada pela Secretaria de Estado da Defesa Social, em que os alunos eram egressos do sistema prisional. O segundo, ao conjunto habitacional cuja metodologia pioneira de projeto e de execução é objeto de um projeto de pesquisa financiado pela Fundep (Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa), envolvendo ainda a Caixa Econômica Federal e a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte como agentes financiadores da obra, destinada a 77 famílias da Associação dos Sem-casa do Bairro Betânia. Na execução da obra, atualmente em curso, conta-se com a pre-

sença de quatro mulheres entre os mutirantes, uma das quais na função de armadora.

Ao contrário do que possa parecer, contudo, essa prática emancipadora, como coloca o próprio Sérgio Ferro, ainda supõe o projeto como ponto de partida: “projeto que prefigure a união das equipes, enquanto estas, por sua vez, devem se concentrar na sua própria racionalidade, buscando otimizações específicas” (FERRO, 2006, p. 28-29). Outra metodologia de projeto é então experimentada aqui pelos estagiários, arquitetos-juniores e professores-orientadores do EI: ao contrário da prática tradicional da separação entre projeto e obra, entre trabalho intelectual e trabalho manual (uma prática reforçada pelo próprio ensino da Arquitetura e Urbanismo), ao tomar o produtor-usuário como cliente, o arquiteto dissolve o seu sujeito genial (como coloca mais uma vez Sérgio Ferro (2006, p. 31), “manifesto no virtuosismo de seu desenho”), no “sujeito coletivo que adquire ‘consciência de si’ como produtor do espaço”. Ao assumir a concomitância do desenvolvimento do desenho e do canteiro, o que ocorre na colaboração entre o arquiteto e os outros profissionais envolvidos no projeto-obra (o engenheiro civil, o engenheiro elétrico, o engenheiro hidráulico, o mestre de obras, o operário), o EI forma um corpo profissional hábil a reconhecer e a enfrentar o “mal-estar” da arquitetura, fazendo da sua atividade algo que envolve a materialidade do projeto-obra e o seu processo produtivo. Aqui, então, a produção de conhecimento no meio acadêmico faz-se acompanhar pela ampliação do acesso não apenas ao serviço da Arquitetura e do Urbanismo, mas também ao seu conhecimento, numa clara resistência aos processos e técnicas excludentes que marcam a produção do espaço na cidade brasileira, tal como avalia Sérgio Ferro.

Tais procedimentos são claramente explicitados no artigo “Estratégias para recuperação socioambiental do Córrego do Pastinho (Aglomerado Morro das Pedras, BH/MG)”, de autoria da atual coordenadora do EI. Nesse artigo, um relato da atuação do Programa Fica Vivo! - Espaços Urbanos Seguros naquele local, lê-se:

Como bem sabemos, as construções coletivas têm seu ritmo próprio. Consoante às especificidades locais, refletem o universo sociocultural, político e econômico dos agentes nelas envolvidos e que determinarão o alcance das ações empreendidas, obviamente também condicionado ao volume, qualidade e capacidade de gestão dos recursos globais disponíveis – econômicos, energéticos, tecnológicos...

Estabeleceram-se, assim, como princípios norteadores da ação:

- resolução local e progressiva, proporcional à capacidade de ação construída coletivamente e à disponibilidade de recursos;
- ação imediata para a limpeza da área, com a retirada do lixo e resolução dos efeitos colaterais (ataque de ratos e outras pragas urbanas), revegetação das cabeceiras e margens;

- mapeamento e quantificação das fontes poluidoras e situações de risco para o planejamento e projeto participativos das intervenções;
- experimentação, aprimoramento e difusão dos processos de planejamento e decisão, de gestão, gerenciamento e manutenção das intervenções mediante a formação e capacitação profissional dos agentes envolvidos;
- descentralização dos processos de coleta, disposição e tratamento de resíduos, mediante a investigação e adoção de soluções tecnológicas favoráveis à acomodação dos impactos negativos da urbanização na própria área em que são gerados: lixo, esgoto, águas pluviais...
- investigação e adoção de soluções tecnológicas de baixo impacto ambiental para edificação, sistemas de abastecimento e energéticos, estabilização de encostas, acessos e pavimentação [...].

Tomando como objeto aquilo que Sérgio Ferro denomina “territórios liberados socialmente”, o EI tem se qualificado cada vez mais para o atendimento a grupos sociais não apenas carentes, mas marginalizados, tais como moradores de rua, egressos do sistema prisional, e outros, numa aposta na ampla aplicabilidade de seus princípios, métodos e técnicas, coerente com o objetivo de democratização do acesso ao conhecimento e à prática da Arquitetura e do Urbanismo. É essa característica (a detenção de um conhecimento que é específico, mas passível de ser distribuído), já reconhecida nos meios acadêmicos e institucionais, o que torna o EI tão procurado por organizações tais como a Pastoral de Rua de Belo Horizonte (Projeto Viadutos Urbanos – Via Expressa Leste-Oeste), a Secretaria Estadual de Defesa Social (Programa Fica Vivo! – Espaços Urbanos Seguros e Programa de Reintegração Social de Egressos do Sistema Prisional), a Prefeitura Municipal de Contagem (Conjuntos habitacionais Mangueiras, Vila Itália e Sapucaia II), e o Condomínio Jardins de Petrópolis (Mesoestrutura Urbana - Alternativas Tecnológicas Ambientalmente Sustentáveis). Neste último caso, trata-se de um cliente inusitado, em função de seu *status* socioeconômico. A busca de soluções alternativas tecnológicas, ambientalmente sustentáveis, para o redisciplinamento e a gestão das águas pluviais, a contenção de encostas e a pavimentação conduziu tal cliente ao EI após várias tentativas de contratação de serviços de escritórios particulares de arquitetura e urbanismo, ainda presos a soluções convencionais, muitas vezes ambientalmente insustentáveis.

Da mesma forma, entre os “territórios liberados socialmente” tomados pelo EI, incluem-se aqueles “liberados imobiliariamente”, tal como no caso das áreas residuais sob os viadutos urbanos da Via Expressa Leste-Oeste, tratado em projeto de pesquisa anterior (“Uso e apropriação de áreas urbanas residuais: perspectivas de reabilitação físico-ambiental”), e, no caso de área pública, com declividade acentuada, destinada à implantação do Conjunto Habitacional Paineiras, no Bairro Minas-Brasil, em Belo Horizonte.

Ora, desde quando se pode falar em processo de urbanização no Brasil (na acepção de Milton Santos, para quem a

urbanização não é o mero processo de surgimento de cidades, mas o de surgimento de uma economia urbana, de uma sociedade urbana, de relações urbanas), isto é, a partir do final do século XIX, a cidade brasileira é marcada por uma extrema desigualdade na distribuição dos benefícios urbanos. Obviamente tal desigualdade não apenas reflete, mas também reproduz desigualdades outras: a econômica, a social, a política. Não ter acesso ao centro, a uma área urbana dotada de infraestrutura, equipamentos urbanos, acessibilidade é também não ter acesso ao trabalho, à educação, à saúde, à segurança, à cultura e ao lazer, é também não ter acesso à representação e à participação políticas, à justiça, à constituição e ao exercício da cidadania. Sob qualquer viés que se examine a condição espacial periférica na cidade brasileira, ela não se traduzirá unicamente na exclusão ao acesso a bens e serviços urbanos.

Em um artigo recente, Rolnik (2003, p. 113) adota o conceito "exclusão territorial" para designar a condição em que se verifica "a negação (ou o desrespeito) dos direitos que garantem ao cidadão um padrão mínimo de vida, assim como a participação em redes de instituições sociais e profissionais". Tal noção, portanto, "considera tanto os direitos sociais quanto aspectos materiais, abrangendo [...] não só a falta de acesso a bens e serviços – que significam a satisfação de necessidades básicas – mas também a ausência de acesso à segurança, justiça, cidadania e representação política".

É sabido que a especulação imobiliária é gerada pela desigualdade entre centros e periferias na cidade brasileira e, ao mesmo tempo, a reforça. É o fato de que grande parte do território das cidades no Brasil é conformada por áreas carentes de benefícios urbanos, o que faz com que áreas urbanizadas sejam hipervalorizadas. A especulação imobiliária, sob a forma do adensamento além da capacidade instalada, provoca o desvio do investimento de recursos públicos para a ampliação do sistema viário e da infraestrutura de áreas saturadas, já providas desses benefícios urbanos, em detrimento das áreas carentes. Sob a forma da ociosidade, provoca a expansão desmedida e desnecessária do tecido urbano, dificultando e onerando o provimento de benefícios urbanos às áreas periféricas. É também o desequilíbrio na relação entre a densidade demográfica e a capacidade instalada nas cidades que cria a escassez de áreas urbanizadas e de edificações que alimenta o processo especulativo.

Sob o viés da sustentabilidade ambiental-urbana, quando este se apresenta sob a perspectiva neomalthusiana, e higienista, o grande problema da aglomeração metropolitana apresenta-se sob a forma da alta densidade demográfica, ou do consumo intensivo de recursos. Entre os recursos, porém, dos quais se serve a população urbana, está o próprio espaço construído (o tecido urbano, as edificações), e este, em grande medida, encontra-se ocioso. Em São Paulo, por exemplo, dados do Censo Demográfico de 2002 apontam que, na área central da cidade, 18,2% do total de 39 289 imóveis encontravam-se vazios. O déficit habitacional na cidade correspondia a 380 mil unidades, enquanto o es-

toque edificado ocioso equivalia a 420 300 domicílios, superando, portanto, a totalidade de domicílios vagos o próprio déficit habitacional. Sob o viés da sustentabilidade ambiental-urbana, numa outra perspectiva, há, claramente, nessa condição, um desperdício de recursos construídos que, ao conduzir à expansão desmedida e desnecessária do tecido urbano, provoca um processo de ampliação do consumo de recursos naturais.

Davis (2001) preverá a urbanização do deserto californiano após sucessivas construções e abandonos de “paraísos artificiais”; os subúrbios de baixa densidade habitados por população de renda média alta a alta em Los Angeles. Para esse autor, a suburbanização seria um desastre natural. Cabe salientar que tal desperdício de recursos construídos significa indiretamente o esgotamento dos recursos naturais empregados na construção civil. Contribui para tanto ainda o processo construtivo marcado pela separação entre projeto e obra, cujos impactos são visíveis nas sobras de material depositadas em caçambas que circulam pela cidade congestionada até chegar aos chamados “bota-fora”, quando não jogados em cursos d’água, poluindo-os e assoreando-os, intensificando-se os riscos de inundação.

Esse mesmo desperdício verifica-se na constante renovação urbana a que se submetem sobretudo as áreas centrais na cidade brasileira: demolir é desperdiçar recursos materiais, energia, trabalho, como bem nos lembra Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1989), em seu antológico “Preservar não é tombar, renovar não é pôr tudo abaixo”. Refazer constantemente a infraestrutura urbana e o sistema viário, processo que se verifica nas áreas em adensamento além da capacidade instalada, representa identicamente o desperdício: de recursos materiais e financeiros (estes aqui ainda provenientes do setor público), energia e trabalho. Sem mencionar a perda do patrimônio material e do patrimônio imaterial que nele se ancora.

Efeitos diretos da especulação imobiliária urbana, a crescente distância entre moradia e trabalho e a segregação socioespacial trazem ainda impactos negativos sobre a organização da circulação urbana e a produtividade econômica, assim como sobre as sociabilidade, cultura e vida urbanas (incluindo-se aí os índices de violência urbana), configurando-se a especulação como uma estratégia de reprodução da desigualdade em suas diversas manifestações, tal como colocado por Rolnik (2003), e inclusive sob a forma da injustiça ambiental, tal como colocado por Harvey (*apud* COSTA, 2000).

Colocados esses argumentos, há de parecer procedente tomar aqui como exemplo duas experiências do EI: os viadutos urbanos na Via Expressa Leste-Oeste e o Conjunto Habitacional Paineiras, ambas emblemáticas da reorientação teórico-metodológica sofrida por esse núcleo de extensão, pesquisa e ensino a partir de 2004. Orientadas simultaneamente a duas dentre as suas linhas de atuação então definidas: habitação e recuperação da capacidade instalada urbana, tais iniciativas evidenciam não apenas a articulação entre linhas

de atuação, evidenciando a unidade dos princípios descritos, mas também a ampliação do alcance da atuação do EI mediante tais princípios.

Ambas incidentes sobre territórios liberados imobiliariamente, conforme já observado, tais iniciativas revelam o horizonte perseguido pelas ações do EI. Tratava-se, ali, de fazer cumprir a função social (e ambiental) da propriedade urbana. No primeiro caso, com a consolidação da ocupação sob e ao longo os viadutos da Via Expressa Leste-Oeste, nas áreas central e pericentral de Belo Horizonte, pela habitação e pelo trabalho de comunidades de baixa renda, antes moradoras de rua. No segundo caso, com a ocupação de área pública ociosa no Bairro Minas-Brasil por conjunto habitacional destinado à população sem-casa. Nos dois casos, tratava-se ainda de capacitar as comunidades envolvidas para sua atuação como gestores da proposição e de sua implementação. Tratava-se, portanto, de ação contrária à subutilização e à ociosidade da capacidade instalada urbana, às consequentes expansão do tecido urbano e periferização da população de baixa renda, à exclusão territorial dessa população e ao aniquilamento dos recursos naturais mediante o processo de urbanização disperso e rarefeito. E, além disso, tratava-se de um desafio técnico:

- no primeiro caso, o de buscar alternativas formais e construtivas para tipologias residenciais e não residenciais de baixo custo e baixos impactos ambiental e social, situadas numa área que, embora central, é marginal em relação ao tecido urbano, e constantemente impactada pela emissão de poluentes veiculares;
- no segundo caso, o de buscar alternativas formais e construtivas para tipologia residencial de baixo custo e baixos impactos ambiental e social, situada em terreno com alta declividade.

Não obstante tenham sido elaboradas tais proposições, o que se deu com o envolvimento e o trabalho intensivo daquelas comunidades, a sua execução foi inviabilizada pela própria Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, parceira do EI nos dois casos. Ainda que sob alegações de teor objetivo (no primeiro caso, o descumprimento de uma cláusula do Termo de Acordo firmado com os moradores sob os viadutos e passarelas e organizações não governamentais, conforme relatado no projeto de pesquisa, e, no segundo, a inviabilidade técnica e financeira de ocupação de área com alta declividade), a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte claramente recusou as duas proposições pelo fato de que elas, uma vez executadas, significariam a admissão, na cidade formal, da presença (incomodamente visível) de grupos de baixa renda. Retomando as colocações de Sérgio Ferro, optou-se, mais uma vez, pela disparidade entre uma modernidade aparente, expressiva do desejo de equiparar o periférico Brasil aos países centrais, e a sua base econômica real. Em vez de admitir a modernização incompleta da cidade brasileira, no caso, Belo Horizonte, e a sua base espacial real, isto é, optou-se pela modernidade aparente dos vãos sob os viadutos cobertos de terra e do terreno vago, limpos daqueles grupos de baixa renda. Ainda que livres

imobiliariamente, esses territórios não se encontram ideologicamente livres.

De fato, é à proporção que o territorial aparece como uma materialização dos âmbitos social e ambiental que tais ações encontram ainda hoje tanta resistência quanto no momento da gestação do pensamento de Sérgio Ferro, ainda na década de 1960. Aberta e indissociavelmente relaciona-se à assessoria técnica do EI, organizada como trabalho coletivo, conforme já disposto aqui, ao processo produtivo que a inclui. Trata-se claramente de uma outra forma de produzir a cidade: como saber e bem, como técnica e meio de produção cujo acesso é um direito de todos. Não é só no canteiro de obras, no interior do processo produtivo da obra, que se instaura a crítica, a proposta de ação, e a ação mesma do EI; é também na produção mesma do espaço urbano. Daí a resistência à compreensão e à aceitação da atividade e dos procedimentos do EI, inclusive pelos setores responsáveis pelo agenciamento de sua produção, identificados estes com os grupos hegemônicos para os quais a Arquitetura e o Urbanismo devem permanecer apartados da realidade, da arte e da técnica.

Enquanto o “metier” (e o termo aqui inclui não apenas os setores institucional e técnico, mas também o acadêmico) preterir a práxis libertadora, a arquitetura e o urbanismo e a prática da extensão nesse campo serão negados mais uma vez, e sempre, como “trabalho concreto útil”. Ao contrário disso, o horizonte colocado pela atuação do EI é aquele objetivamente expresso pela sua atual coordenadora (SILVA, 2007):

Imaginemos, pois, os efeitos benéficos – extensíveis a toda a sociedade – que poderiam advir da eleição das áreas de ocupação precárias como prioritárias nos investimentos públicos e programas de recuperação socioambiental das cidades. No caso de Belo Horizonte, as maiores e mais antigas favelas e aglomerados localizam-se em áreas privilegiadas da cidade [...]. O somatório dessas pequenas bacias de drenagem constitui, no entanto, uma parcela significativa de nossa área urbana que abriga, também, um contingente considerável de nossa população, situando-as em posição estratégica para a formulação de programas estruturais de médio e longo prazo que visem à recuperação socioambiental de nossa cidade.

Pós-escrito

Não importa o sentimento ambíguo (do reconhecimento à negação) despertado pela chance de “re-publicar”, sem a chance de “re-fazer”, esse texto extraído de um relatório de pesquisa, seis anos após a sua conclusão. Porém, se se pode ainda escolher acrescentar ao menos um ponto ao que ali se escreveu, pós-escreve-se.

No período relatado, o EI, para além dos resultados imediatos de suas ações (em alguns casos, como os aqui trazidos, muito aquém dos potenciais mesmos do seu método e da sua metodologia, bem como das pessoas e dos lugares com quem

e onde agiu), conduziu mudanças estruturais nas práticas da extensão, da pesquisa e do ensino no Curso de Arquitetura e Urbanismo, formou ou reformou técnicos (no sentido amplo, sergioferreano, da palavra), entre lideranças, profissionais, professores, alunos e funcionários. Caberia, então, ainda, noutra oportunidade, avaliar acuradamente (tendo-se a chance de "re-fazer", portanto, não apenas este texto) essa trajetória (de muitas linhas entretecidas), reveladora também das trajetórias da gestão pública e da gestão da extensão, da pesquisa e do ensino na Universidade.

Felizmente aquilo mesmo que forçou, força e forçará (até que se revolucione o espaço, e, com ele, as relações sociais que nele e por ele se reproduzem) o constrangimento do campo de ação do EI, força o seu alargamento. No presente, avanços recentes (pós-1988) nas políticas públicas veem-se dramaticamente desmanchados pelo que se vem definindo como novo desenvolvimentismo brasileiro: este mesmo que faz ampliar a procura pelos cursos de Arquitetura e Urbanismo bem como as vagas ofertadas e o acesso a elas, modificando o perfil dos alunos recém-ingressantes; este mesmo que faz eclodir, também em Belo Horizonte, movimentos sociais urbanos de âmbitos e alcances os mais diversos (da Praia da Estação, passando pelas ocupações Dandara, Eliana Silva, Guarani Kaiowá, ao Comitê dos Atingidos pela Copa, entre inumeráveis outros) e que têm, entre seus membros, lideranças ou assessores, tanto arquitetos-urbanistas quanto professores e alunos dos cursos de Arquitetura e Urbanismo.

Pela maior necessidade (já urgência) e pela maior possibilidade (já potência), então, o Escritório de Integração tem, agora e aqui, muito mais o que fazer e muito mais a dar o que pensar sobre o que, se, em 2006, denominou-se "perspectivas de ampliação do campo de atuação da Arquitetura e do Urbanismo e de sua contribuição para a democratização do acesso aos direitos à cidade e à habitação", espera-se poder, já, renomear.

Referências

ARANTES, Pedro Fiori. Apresentação. *In: Sérgio Ferro - arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

BOTTOMORE, Tom (ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

CARNEIRO, Eder Jurandir. A oligarquização da "política ambiental" mineira. *In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; BARROS, Pereira Doralice (org.). A insustentável leveza da política ambiental*. Desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

COSGROVE, Denis E. Em direção a uma geografia cultural radical: problemas da teoria. *In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 103-134.

COSTA, Heloisa Soares de Moura. Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição em termos? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 2, março de 2000, p. 55-71.

COSTA, Heloisa Soares de Moura. Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte. *In*: MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo (coord.). **Belo Horizonte: espaços e tempos em construção**. Belo Horizonte: Cedeplar; PMBH, 1994. p. 51-78.

DAVIS, Mike. **Ecologia do medo**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

Equipe EI - Espaços urbanos seguros. **Folder Córrego do Pastinho**. 2007.

ESCOBAR, A. **Encountering development**. The making of the third world. Princeton: Princeton University Press, 1995.

FERRO, Sérgio. **Sérgio Ferro: arquitetura e trabalho livre**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

JELIN, Elizabeth. Cidadania e alteridade: o reconhecimento da pluralidade. *In*: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 24, 1996, p. 15-27.

KURTZ, Robert. Modernidade autodevoradora. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, Caderno Mais, p. 11-12, 14 jul. 2002.

LANGON, Maurício. Diversidade cultural e pobreza. *In*: SI-DEKUM, Antônio (org.). **Alteridade e multiculturalismo**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003. p. 73-90.

MATTELART, Armand; NEVEU, Érik. **Introdução aos estudos culturais**. São Paulo: Parábola, 2004.

MONTE-MÓR, Roberto Luís M. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. *In*: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (org.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec; Anpur, 1994.

PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

PENNA, Alcília Duarte. **Uso e reabilitação de áreas urbanas residuais**. Belo Horizonte: PUC Minas, FIP 2004/ 47-P, 2005 (mimeo).

PIMENTA, Margareth Afeche. Uma outra pobreza urbana. *In*: CASTRIOTA, Leonardo (org.). **Urbanização brasileira: redescobertas**. Belo Horizonte: C/Arte, 2003. p. 66-77.

ROLNIK, Raquel. Políticas urbanas de combate à exclusão territorial. *In*: CASTRIOTA, Leonardo (org.). **Urbanização brasileira: redescobertas**. Belo Horizonte: C/Arte, 2003. p. 110-121.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Preservar não é tombar; renovar não é pôr tudo abaixo. **Revista Projeto**, s/n, 1989.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, Margarete Maria de Araújo Silva. Estratégias para a recuperação ambiental do córrego do Pastinho (Aglomerado Morro das Pedras, BH/MG). *In*: **Cadernos do Manuelzão**, a. 2, n. 3, junho 2007, p. 25-33.

SMOLKA, Martin. Meio ambiente e estrutura urbana. *In*: MARTINE, George (org.). **População, meio ambiente e desenvolvimento**. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**; por uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

SWINGEDOW, Erik. A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e "urbanização-cyborg". *In*: **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP & A; CREA MG, 2003.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição à história do planejamento urbano no Brasil. *In*: DEÁK, Csaba *et al.* (org.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp; Fupam, 1999. p. 183-205.

ZALUAR, Alba. Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil. *In*: SCHWARZ, Lilia (org.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 245-318.

Endereço para correspondência

Alicia Duarte Penna

E-mail: aliciapenna@gmail.com

Ana Carolina Sacco Araújo